

A REORGANIZAÇÃO ESPAÇO-INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE A PARTIR DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL

Aloysio Marthins de Araújo Junior¹

Resumo

No processo de industrialização brasileira, o Estado de São Paulo foi e é o centro dinâmico da economia nacional, sendo a indústria de bens de capital importante setor para o desenvolvimento industrial de um país. Nesta indústria se dão as principais inovações tecnológicas, processos de produção e/ou lançamentos de novos equipamentos. Dessa maneira, pode-se considerar que a indústria de bens de capital é de crucial importância para um país que deseja ter autonomia e desenvolvimento econômico. Desde meados da década de 1980, porém, há um processo de desconcentração e descentralização industrial que vem atingindo diferentes setores industriais paulistas. É neste contexto, que a indústria de bens de capital participa numa nova reorganização espacial e industrial.

Palavras-chave: industrialização brasileira; indústria paulista; indústria de bens de capital.

Abstract

The space-industrial reorganization in the state of são paulo: analysis starting from the industry of capital goods

In the process of Brazilian industrialization, the State of São Paulo was and it is the dynamic center of the national economy, being the industry of capital goods of important section for the industrial development of a country. In this industry they feel the main technological innovations, production processes and/or releases of new equipments. Of that it sorts things out, it can be considered that the industry of capital goods is of crucial importance for a country that wants to have autonomy and economical development. From middles of the decade of 1980, however, there are a desconcentration process and industrial decentralization that it is reaching different from São Paulo industrial sections. It is in this context, that the industry of capital goods participates in a new space and industrial reorganization.

Key-words: Brazilian industrialization; industry from São Paulo; industry of capital goods.

INTRODUÇÃO

Visa-se, com este artigo, discutir uma alternativa para o desenvolvimento econômico brasileiro, considerando o aproveitamento dos recursos técnicos e humanos já capacitados e disponíveis no país. Esta discussão decorre das transformações econômicas e das relações capitalistas que vêm acompanhando o Brasil nesta última década. Nesse sentido, buscou-se

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia/USP. Prof. da Universidade do Vale do Itajaí/SC. Doutorando em Geografia Humana/USP. Bolsista PIQDT/Capes. Rua Padre Lourenço R. de Andrade, 532, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC, 88050-400. End. eletrônico: aloysiomarth@bol.com.br

aprofundar o entendimento da economia e do espaço geográfico brasileiro e, mais especificamente paulista, que vem passando por um momento de modificações que estão alterando todo o seu parque produtivo.

Dessa forma, o tema proposto por este trabalho está relacionado com o processo de industrialização e desenvolvimento econômico paulista, tendo como foco de análise a indústria de bens de capital.

Esta indústria é importante para todo o país que queira ter independência econômica, pois é a partir desse setor industrial que são criadas e difundidas as principais inovações tecnológicas para outros setores produtivos, como bens de consumo duráveis e bens intermediários. Considera-se também que está diretamente ligada com o processo de crescimento econômico, bem como, com os ciclos longos mundiais (e médios brasileiros). É a partir da indústria de bens de capital que se percebe com maior nitidez a influência de tais ciclos na economia dos países. É também a primeira que se ressentiu das fases depressivas dos ciclos e a última a se recuperar.

A organização do espaço no sistema capitalista é feita de acordo com as suas necessidades para a reprodução e a acumulação do capital. Para a compreensão de uma determinada formação espacial, a divisão do trabalho é uma categoria que merece destacada atenção por parte dos pesquisadores. As divisões do trabalho que vão se sucedendo criam novas atribuições aos territórios, transformando e recombinao as características de cada lugar e exigindo, portanto, uma nova organização econômico-espacial.

Dessa forma, é importante ressaltar que a formação econômica e social do estado de São Paulo gerou também uma organização espacial que o distingue dos demais estados da Federação.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA

Este tópico visa discutir o processo de desenvolvimento industrial paulista e articulá-lo com o surgimento e crescimento da indústria de bens de capital², que está fortemente concentrada neste estado em relação ao total dessa indústria no Brasil.

Basicamente a industrialização de um país não-desenvolvido (com uma estrutura colonial) dá-se na mudança das atividades manufatureiras, ou seja, de uma produção voltada para a subsistência, passa a produzir para um mercado interno.

Com o Brasil não foi diferente, pois, em meados do século XIX, o país possuía um parque manufatureiro (dentro do setor de subsistência) que satisfazia uma parte das necessidades de sua população. Era uma indústria ainda pouco variada e atrasada tecnologicamente. Quanto à população, esta tinha baixa capacidade *per capita* para importar (SINGER, 1977).

A partir do final do século XIX, as crises externas mundiais fizeram com que o país necessitasse substituir alguns produtos importados. Era ainda um processo de substituição de importações bastante precário de acordo com a capacidade (limitada) da economia brasileira no período, sendo o café o principal produto desencadeador desse processo, como carro-chefe das exportações brasileiras.

Na constituição de um mercado interno para produtos industrializados, há também um processo de urbanização. A atividade cafeeira foi importante, pois criou condições para que se

² A indústria de bens de capital, subdivide-se em dois grandes grupos produtores, quais sejam:

Bens de capital seriados (BKS): a produção é feita em lotes, seguem uma padronização. Normalmente o tempo de fabricação é curto. **Bens de capital sob encomenda (BKE):** a produção é realizada a partir de projetos específicos, demandados pelo consumidor. Ou ainda, a partir de projetos padronizados de produtos cuja fabricação é sob encomenda. A produção é feita em um período mais longo e em menor escala.

investissem em obras de infra-estrutura urbana. As cidades cresceram devido ao comércio exportador e criou-se uma vasta rede de serviços auxiliares: transporte, armazenagem, embalagem, embarque etc. Além do que, havia uma interação com o mercado externo (CANO, 1977). Saliente-se que não foi só a cidade de São Paulo que se beneficiou com a explosão cafeeira do estado de São Paulo. Cidades como Campinas, Guaratinguetá, Piracicaba e outras tiveram um generalizado crescimento urbano em fins do século XIX.

Além disso, há que se satisfazer algumas condições para a formação de um mercado interno. Segundo Singer (1977, p. 45), seriam tais condições:

- a) que a procura no setor de mercado não dependa exclusivamente das vicissitudes do comércio exterior; b) que a indústria nacional esteja em condições de competir com a estrangeira no mercado interno; c) que haja condições propícias à acumulação do capital.

As duas primeiras condições podem ser analisadas sob os seguintes aspectos: com o fim da escravidão, o trabalhador assalariado passou a ser predominante, criando assim as condições mínimas para um mercado interno consumidor. Além disso, não se pode relegar o papel fundamental dos imigrantes estrangeiros que se estabeleciam como assalariados ou colonos rurais³. Mais tarde, por diferentes processos sociais e econômicos, tais imigrantes entrariam na economia como industriais ou proprietários de terras. Concomitantemente, a queda do câmbio se intensificou no final do século XIX, além de tarifas aduaneiras protecionistas da indústria nacional⁴, medidas estas adotadas após a Proclamação da República.

A terceira condição deve ser analisada com maior atenção: com o fim da escravatura o governo voltou-se para uma política de crédito mais barato que posteriormente geraria a crise do "Encilhamento" (1889-1900)⁵. Há algumas controvérsias sobre os efeitos positivos desta política, porém Singer (1977, p. 46) assim analisa este turbulento momento: [...] "este foi um período em que se deu uma real mobilização de recursos, que de outra forma ficariam entesourados ou seriam gastos no consumo, possivelmente, de produtos importados". Houve ainda nesse período, fusões entre empresas, portanto, concentração de capital⁶. Sem esta condição o capitalismo não se desenvolveria. Dessa crise, surgiu uma indústria forte, principalmente os ramos de tecelagem e fiação, obtendo do governo crédito barato e tarifas protecionistas.

Desde meados do século XIX a indústria paulista teve que enfrentar forte concorrência com a cidade do Rio de Janeiro. Esta tinha as condições necessárias para o seu desenvolvimento, inicialmente comercial e depois industrial, tais como: forte atuação no comércio de exportação e

³ Conforme Mamigonian (1976, p. 91), a economia cafeeira paulista em meados do século XIX teve considerável crescimento e intensificou a divisão social do trabalho. A sociedade paulista dividia-se entre fazendeiros, funcionários civis e militares e uma população escrava em declínio. Já os imigrantes participavam como trabalhadores nas fazendas de café, com habilidades e hábitos de consumo mais elevados que os escravos. Também exerciam atividades como pequenos comerciantes e artesãos (sapatarias, oficinas mecânicas) e eram encontrados, além destes, grandes comerciantes exportadores de café e importadores de diversos produtos (farinha de trigo, papel, tecidos etc.). Contudo, deve-se considerar que a estrutura social e econômica ainda se mantinha, pois a maioria dos imigrantes trabalhava nas grandes fazendas de café, conjuntamente com a mão-de-obra escrava (até 1888).

⁴ De acordo com Luz (1961), a proteção à indústria nacional tinha um caráter pendular. Ou seja, de acordo com as necessidades de caixa do governo, as tarifas sobre importação elevavam-se (maior arrecadação), protegendo a indústria nacional. Ao estabilizar-se a economia ou sob a pressão de importadores, o governo reduzia tais tarifas.

⁵ Emissão de papel-moeda, pelo governo federal, com a finalidade de aumentar a disponibilidade de meios circulantes, para aumentar o nível de investimentos (créditos).

⁶ Tomou-se o conceito marxista de concentração de capitais: massa concentrada de meios de produção que comanda um exército de trabalhadores; parte da riqueza social concentrada nas mãos do capitalista (BOTOMORE, 1983).

importação e amplo mercado consumidor, devido às suas funções administrativas de Capital do país.

Essa situação só mudou a partir do final do século XIX e início do século XX quando a produção e a distribuição de café se deslocaram para a cidade de São Paulo e Santos, esta como principal porto de escoamento e localização de grande número de casas comissárias. Além disso, o Rio de Janeiro manteve as mesmas estruturas sociais (grandes latifúndios e mão-de-obra com baixo nível de renda, mesmo após a libertação dos escravos), diferentemente de São Paulo, que crescia rapidamente devido a uma transformação de antigos colonos imigrantes em proprietários de terras (e com possibilidades de ascensão social) e mão-de-obra assalariada (também proveniente das imigrações externas). Conforme Mamigonian (1976, p. 93):

Nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa-efeito entre crescimento industrial de São Paulo e: 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais.

Das duas últimas décadas do século XIX até 1914, a indústria paulista mostrou algum crescimento, principalmente dentro do próprio estado. A partir da conflagração da Primeira Guerra Mundial, as condições conjunturais fizeram com que a indústria paulista avançasse e predominasse nos mercados regionais. Este avanço deu-se principalmente em função da infraestrutura montada com a produção do café, como estradas de ferro, mercado consumidor com relativo poder aquisitivo, vertiginoso crescimento urbano etc. Ressalte-se que à época os ramos industriais mais desenvolvidos eram a indústria têxtil e de calçados (tendo a cidade de Franca, no interior do estado, a maior produção).

Nas crises, alguns setores não conseguem manter o mesmo padrão de acumulação. Nesse caso, o setor de mercado interno não conseguia aumentar sua rentabilidade, principalmente no setor industrial. As crises do café reduziam a capacidade de importações, o que levou este setor a receber investimentos de outros setores que se formavam ou deixavam de participar do setor exportador. Mas, para aumentar a capacidade produtiva, era necessário importar equipamentos, estes, entretanto, estavam caros devido à desvalorização cambial. De acordo com Furtado (1977, p. 198),

[...] o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente.

Durante a Primeira Grande Guerra, o mercado externo retraiu-se na compra de café, principal produto exportável. Em substituição, o estado de São Paulo passou a exportar alimentos (carne, feijão, arroz), atividade efetuada quase toda ela por colonos imigrantes (que também se dedicavam à lavoura do café). Com essa situação, os colonos tiveram um relativo enriquecimento e aplicavam seus investimentos em equipamentos e novas técnicas para o campo, além da compra de terras pelo interior do estado.

Além disso, cabe ressaltar o papel que tiveram os empresários importadores. Conforme Dean (1971), a gênese do processo de industrialização paulista está associada a este setor e, mais ainda, à origem destes empresários. Quase todos os importadores e/ou industriais eram descendentes ou imigrantes estrangeiros, tais como Matarazzo, Jafet, Klabin, Crespi etc.

Com as crises do café e do mercado externo (1ª Guerra Mundial) os importadores tiveram que se adaptar rapidamente à nova conjuntura. A crise na cafeicultura dificultava as importações e era necessário diversificar os negócios, que foram dirigidos para as atividades industriais.

Conforme o consumo ia se modernizando⁷, isto exigia produtos importados cada vez mais sofisticados. Dessa forma, os importadores passaram também a adaptar, montar, fazer manutenção ou acabamento dos produtos importados. Numa fase posterior, estes importadores tornar-se-iam industriais representantes de fábricas estrangeiras⁸. Através do conhecimento do mercado em que atuavam, isto lhes possibilitava grande conhecimento na distribuição de mercadorias e, mais importante, detinham o controle do crédito que ofereciam para lojistas e depois para outros industriais. Para estes empresários, comércio importador e indústria eram atividades complementares e significava maior diversificação dos negócios e fontes de maiores lucros (DEAN, 1971).

Nem todos os produtos importados chegavam prontos ao consumo. Às vezes, era necessário o engarrafamento, a rotulagem, a separação de volumes etc. Ou seja, a atividade de importação requeria outros conhecimentos e especialização para determinadas tarefas. Isto possibilitou a contratação de mão-de-obra especializada, quase toda ela imigrante estrangeira. Ao aumentar suas importações no setor industrial, esta atividade permitia também a cópia de desenhos, rótulos, partes do produto até chegar à cópia de máquinas inteiras, pois o controle sobre patentes era ineficiente⁹. Além disso, ao participar da atividade industrial e no comércio importador, estes empresários podiam obter isenções tarifárias nas matérias-primas ou em determinados produtos ou ainda aumentar o volume de produtos importados, o que reduzia os custos de produção. Depois que as comunicações entre o Brasil e a Europa tornaram-se melhores (construção de cabos submarinos em 1880), os importadores podiam negociar diretamente com outros fornecedores (alemães, franceses etc.), o que fez quebrar o monopólio dos agentes ingleses, principalmente. Portanto, a importação não concorria com a manufatura (DEAN, 1971).

Entre as décadas de 1910 e 20, quase todos setores industriais eram controlados por importadores ou empresários que começaram com o comércio de importação. Em meados dos anos 20, os importadores/industriais detinham o controle de todas as fases da produção. Saliente-se que os importadores que investiram diretamente na indústria detinham o controle de todo o processo produtivo, diferentemente daqueles que apenas invertiam seus capitais.

Ao mesmo tempo em que as indústrias paulistas avançavam em seu crescimento regional (e mais tarde, no mercado nacional), as regiões com menor grau de desenvolvimento econômico se distanciavam ainda mais das primeiras (como o Nordeste e o Rio de Janeiro).

⁷ Estudo mais aprofundado sobre este assunto pode ser verificado em GRAHAN, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁸ Um exemplo mais recente é o caso da Indústria Avanço-Orizão (São Bernardo do Campo/SP), especializada na fabricação de teares mecânicos e computadorizados. Iniciou suas atividades no Brasil em 1970 como representante e importadora legal da matriz italiana. A partir de meados dos anos 80, o importador brasileiro (de origem italiana) e a fábrica, resolveram investir na fabricação local de máquinas.

⁹ Em 1998, foi realizada uma visita às Indústrias Romi, sediada em Santa Bárbara D'Oeste/SP. Em entrevista com um de seus diretores (neto do fundador), este confirmou esta prática no início das atividades industriais desta empresa, por volta dos anos 20.

O processo de desenvolvimento industrial paulista que se iniciou a partir do ramo têxtil (o principal, seguido pelo alimentício), criou condições para a diversificação no setor mecânico e indústrias como cimento e siderurgia. Isto se explica pela necessidade de manutenção de máquinas e a conseqüente criação de oficinas mecânicas. As próprias necessidades criaram as condições de se iniciar a fabricação de peças simples e de reposição (de acordo com a tecnologia disponível). Note-se que não era ainda propriamente uma indústria de base, concentrando-se em usinagem, forjarias, fundições etc. Todavia, com o passar do tempo, tais empresas seriam capazes de fabricar artefatos mais complexos.

Pode-se considerar, portanto, que a partir de um setor mais dinâmico, outras empresas são formadas para o fornecimento de peças, concertos etc. Isso cria um processo de crescimento e diversificação industrial. O processo de crescimento e concentração industrial em São Paulo passou por dois momentos: inicialmente, por "concentração por estimulação", durante a 1ª Grande Guerra, quando a indústria paulista passou a produzir para sustentar a demanda interna do país, dada a redução da capacidade de importações. O segundo seria a "concentração por necessidade", levada a efeito nos anos 20, pela necessidade da indústria paulista ampliar sua necessidade por mais mercados e prosseguir o processo de acumulação de capital (RAUD, 1999). No primeiro momento, a indústria paulista deu um salto quantitativo, enquanto no segundo, qualitativo, diversificando a produção industrial.

Assim, durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria nacional e, especialmente, a indústria paulista, já era capaz de poder substituir determinados produtos importados. Isso se deu também na crise do café dos anos 30 e durante a Segunda Grande Guerra.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-60), foi implementado o Plano de Metas, que dava ênfase aos problemas setoriais. A partir deste plano, houve grande expansão da economia nacional e abertura ao capital estrangeiro para a instalação de indústrias no país. Os setores que se instalaram foram os de bens de consumo duráveis, como o automobilístico. Tais empresas concentraram-se principalmente no estado de São Paulo e especificamente nas proximidades da Capital (Grande São Paulo).

Desde os anos 60 o processo de integração nacional vinha se desenvolvendo. Foi porém, a partir dos anos 70, que ganhou maior impulso. Nesse sentido, o esforço do governo federal dirigiu-se a dar incentivos fiscais (principalmente para as regiões Norte e Nordeste), abertura de estradas, criação de pólos industriais etc. que atraíram capitais para estas regiões. Nesse período, o governo priorizou os setores de bens intermediários e de capital. Em 1973, 49% dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial foram para estes setores. Já em 1978, passaram a 92% (RAUD, 1999, p. 192).

Dessa forma, os anos 70 foram marcados por uma forte desconcentração industrial, partindo de São Paulo e se espalhando por outros centros¹⁰. Como processo dessa desconcentração foram criados pólos petroquímicos, siderúrgicos, de papel e celulose e outros não menos importantes. Pode-se sintetizar tal processo através da tab. 1:

¹⁰ Neste período, o governo brasileiro aplicava o conceito de pólos de desenvolvimento. A partir de 1995, novos estudos levaram ao conceito de *Eixo de Desenvolvimento Integrado*. Segundo Costa ([s.d.], p. 10) [...] "o conjunto de programas e projetos prioritários do governo, conhecido como *Brasil em Ação*, passou a expressar claramente essa nova abordagem, isto é, eles em geral almejam projetar os seus efeitos enquanto vetores capazes de deflagrar mudanças que impactarão a logística territorial como um todo".

TABELA 1
Distribuição espacial do valor da Transformação Industrial da Indústria de Transformação do Brasil,
Estados e regiões selecionadas: 1970-89

(valores em porcentagem)

Estados e Regiões Selecionadas	1970	1975	1980	1989
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,4
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,4
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	10,7
São Paulo	58,2	55,9	54,4	50,4
Região Sul	12,0	14,8	15,8	16,7
Demais regiões	2,1	2,9	4,5	5,4

Fonte: Negri (1992, p. 186).

A tab. 1 evidencia a decrescente participação da indústria paulista no total do Brasil, porém não decrescendo as taxas de crescimento. Ao contrário, mantiveram-se elevadas e entrando em um rápido processo de modernização e variedade (devido às necessidades de exportação e conseqüente competitividade internacional).

Conforme indica Negri (1992, p. 23):

A despeito dessa descentralização industrial em São Paulo e dos fortes investimentos feitos no resto do país, há que se lembrar que a indústria paulista era, e continua sendo, o centro dinâmico industrial do país, funcionando como um verdadeiro eixo no qual teriam que se engendrar os compartimentos industriais regionalizados. Portanto, a política de desconcentração industrial não poderia resultar num declínio ou estagnação da matriz industrial de São Paulo.

Entretanto, a política de criar pólos de desenvolvimento regional não teve o resultado esperado, pois tais pólos foram criados com a noção de que apenas a existência deles pudesse gerar o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a criação de pólos de crescimento, não levou em consideração as articulações intra-setoriais e regionais, para que se obtivesse sucesso.

Ultrapassada a crise dos anos 80, quando praticamente toda a economia brasileira entrou em forte crise recessiva, a indústria paulista manteve a infra-estrutura montada anteriormente. Isto permitiu que pudesse solucionar, mesmo que parcialmente, a situação daquele período.

A tab. 2 indica que entre 1990 a 1995, ainda permanecia a tendência de desconcentração industrial no estado de São Paulo. Pode-se associar este fato aos elevados custos do capital e de saturação da infra-estrutura viária, pelo elevado custo territorial, por leis ambientais mais severas etc. Mesmo assim, é possível verificar que São Paulo ainda concentrava quase a metade da distribuição espacial da indústria de transformação.

TABELA 2
Distribuição espacial da indústria de transformação - Regiões e Estados selecionados: 1980-1995
 (valores em porcentagem)

Regiões e Estados	1980	1985	1990 (1)	1995 (1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste (menos Bahia)	4,4	4,8	4,3	4,3
Bahia	3,1	3,8	4,0	3,7
Minas Gerais	7,8	8,3	8,1	8,8
Rio de Janeiro	10,2	9,5	9,8	8,8
São Paulo	54,4	51,9	49,2	49,9
Paraná	4,1	4,9	5,7	5,9
Santa Catarina	3,9	3,9	4,2	4,3
Rio Grande do Sul	7,9	7,9	7,7	8,7
Outros Estados	4,2	5,1	7,0	5,6

(1) Os percentuais foram estimados com base na distribuição regional do VTI de 1985 e nos índices de crescimento da PIM/PF.

Fonte: Pacheco (1996, p. 76). Dados básicos: Fundação IBGE. Censos Industriais – 1980 e 1985; Índices da Produção Física da PIM/PF. In: Araújo (1999, p. 41).

A tab. 3 indica os índices médios de crescimento industrial do estado de São Paulo. Note-se que a indústria de transformação obteve maior crescimento em relação à indústria extrativa e mineral. Isto pode ser explicado, dado ao aumento da produtividade do trabalho que cresceu nos anos 90. Os ramos produtivos que compõem o setor de bens de capital (metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte), exceto o ramo de mecânica, tiveram crescimento superior ao verificado no ano base de 1991.

TABELA 3
Índices da produção da indústria, segundo Classes e Gêneros Industriais –
Estado de São Paulo – 1999

Base: média de 1991 = 100

Classes e Gêneros Industriais	Média Anual	Classes e Gêneros Industriais	Média Anual
TOTAL	110,31		
Indústria Extrativa Mineral	105,65	Madeira	101,63
Indústria de Transformação	110,32	Mobiliário	92,88
Minerais Não-Metálicos	119,51	Papel e Papelão	115,44
<i>Metalurgia</i>	<i>106,51</i>	Borracha	109,06
<i>Mecânica</i>	<i>92,34</i>	Couros e Peles	101,44
<i>Material Elétrico e de Comunicação</i>	<i>120,21</i>	Química	121,91
<i>Material de Transporte</i>	<i>114,94</i>	Produtos Farmacêuticos e Veterinários	136,81
Perfumaria, Sabões e Velas	146,68	Produtos Alimentares	120,25
Produtos de Matéria Plástica	109,90	Bebidas	130,79
Têxtil	82,96	Fumo	17,79
Vestuário, Calçados, Artefatos de Tecido	76,27		

Nota: Dados preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/Diretoria de Pesquisa - DPE/Departamento de Indústria - Deind. In: Fundação Seade (out. 2001).

Para se adaptar a nova conjuntura econômica, isto é, de forte concorrência com empresas e produtos nos anos 90, a indústria paulista passou por forte reorganização produtiva devido à política econômica colocada em prática durante esta década. Entretanto, ao mesmo tempo em que

melhorou os níveis de produtividade do trabalho, a maciça entrada de produtos e empresas estrangeiras levou ao fechamento de diversas empresas paulistas.

Mas, mesmo considerando estes fatores negativos relativos a abertura comercial e financeira, pode-se considerar que o estado de São Paulo e a indústria paulista ainda permanecem como os mais dinâmicos do país.

DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL PAULISTA NOS ANOS 90

A implantação da indústria pesada no Brasil, no final dos anos 50, trouxe também um processo de descentralização e desconcentração industrial, partindo da cidade de São Paulo em direção às suas áreas periféricas. Grande parte das indústrias mecânica e metalúrgica instalou-se na região do ABC paulista, enquanto as siderúrgicas e petroquímicas dirigiram-se para Cubatão (litoral).

Entretanto, é preciso distinguir o processo de descentralização do de desconcentração¹¹. Segundo Cano (1991, apud RAUD, 1999, p. 198):

[...] o processo de descentralização, que corresponde à constituição de um processo de industrialização endógena nas zonas até então periféricas, e o processo de desconcentração, que se traduz pela implantação de filiais em regiões menos desenvolvidas, a fim de dispor de vantagens fiscais e financeiras.

Em termos nacionais, as políticas públicas neste período visavam reduzir o grau de concentração industrial nas principais cidades brasileiras. Para isso, foi colocado como principal fomentador de atração de empresas os incentivos dados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, a construção de grandes pólos industriais com ênfase na produção de matérias-primas e aparelhamento dos portos. Além disso, o sistema BNDE (atual BNDES), deu maior autonomia a seus agentes regionais, na tentativa de descentralizar as decisões. As políticas urbanas deram ênfase na criação de distritos industriais, como um meio de atrair empresas para diversos municípios; também houve a redefinição de nove áreas metropolitanas para a realização de planos e execução de programas urbanos; além disso, houve programas de cidades médias, tentando reequilibrar os problemas regionais da rede urbana.

As tarifas públicas também tiveram uma política voltada a uniformização dos preços dos produtos siderúrgicos, dos derivados de petróleo e energia elétrica, que tentava igualar os custos dos insumos necessários ao desenvolvimento das áreas periféricas. Contudo, tais políticas e programas públicos não obtiveram os resultados positivos, como se almejava. Os problemas concentraram-se na complexidade da execução destes objetivos, pois os distritos industriais foram elaborados sem considerar o contexto econômico regional e transformaram-se em zonas industriais com relativa sofisticação de infra-estrutura, mas com baixo aproveitamento econômico. Em outros termos, não houve a esperada desconcentração industrial.

¹¹ Utilizar-se-á o conceito definido por Negri (1996, p. 13): [...] "a) *descentralização industrial* a mudança física (parcial ou total) de uma unidade industrial ou da produção industrial de uma área territorial para outra, como por exemplo, do estado de São Paulo para outros estados brasileiros ou da Região Metropolitana de São Paulo para o interior paulista; b) entendemos por *desconcentração industrial* as alterações na distribuição espacial absoluta ou relativa de variáveis como número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial".

Nos moldes das políticas de planejamento governamental, um dos objetivos era diminuir a concentração industrial na cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana. Dessa forma, entre os anos 60 e 70, o estado de São Paulo investiu em novos pólos tecnológicos estabelecendo o interior paulista como foco prioritário. Algumas regiões, devido aos seus processos históricos, já estavam consolidadas, como Campinas, São José dos Campos, Bauru, Sorocaba, Santos e cidades em seu entorno. Outras regiões ainda estavam em formação, como foi o caso de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto e que ainda continua este processo de consolidação econômica.

Alguns exemplos para a formação de um sistema nacional de ciência e tecnologia bem sucedidos podem ser citados, como a criação da Escola de Engenharia de São Carlos. Fundada em 1948, hoje atrai empresas do setor de novos materiais e óptica. Em São José dos Campos, destaca-se o Centro Tecnológico da Aeronáutica, criado em 1949. Em 1961, foi fundado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Devido a estes dois centros de pesquisa, várias empresas estatais e privadas de alta tecnologia instalaram-se na região, como a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica – sociedade de capital misto, hoje totalmente privado).

Campinas vem se destacando como centro de alta tecnologia, destacando-se a criação da Universidade de Campinas (Unicamp) em 1966, com o objetivo de promover a pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico. Em 1977, foi criado o CPqD, centro de pesquisa da Telebras (Empresa Brasileira de Telecomunicações, hoje também privatizada). Por fim, também em Campinas, foi instalado em 1985, o primeiro Laboratório Nacional de Radiação Síncrotron (LNRS). Portanto, o estado de São Paulo destaca sua força industrial devido a vários institutos de ensino e pesquisa que são poderosos auxiliares para os novos rumos que a economia e sociedade brasileira necessitam para o seu futuro.

Apesar dos esforços para reduzir o alto grau de concentração industrial nos 60 e 70, ainda na década de 80, a indústria paulista, estava grandemente concentrada na cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana. Nesse sentido, devido a diversos fatores de ordem infra-estrutural desta região (terrenos com valor elevado, forte atuação sindical, problemas viários etc.) houve uma intensificação dos movimentos de descentralização e desconcentração industriais em direção ao interior e a outros estados.

Portanto, as questões sobre a reestruturação econômica-industrial e espacial no estado de São Paulo, assumem outros contornos. Atualmente deve-se considerar as transformações que atravessa a economia mundial no tocante à introdução de novas formas de produção, tecnologia e deslocalizações, principalmente entre empresas dos países centrais e que acarretam mudanças na economia brasileira.

Com a abertura comercial brasileira iniciada a partir dos anos 90, a indústria nacional como um todo teve que se readaptar à nova situação vigente. Dessa forma, as empresas tiveram que mudar seus focos de atuação, pensar em novas estratégias para a competição que se tornara mais acirrada. Surgia a necessidade de integrar todas as áreas de produção, onde as empresas teriam que se comunicar e inter-relacionar com empresas do mesmo setor. Enfim, as parcerias entre empresas, maior desverticalização da produção, entre outras medidas, acabaram por interferir em toda a cadeia produtiva.

A partir da década de 90, as novas estratégias empresariais buscaram movimentar-se em um processo de reestruturação organizacional e industrial. Tal movimento recairia sobre a indústria paulista, já que sua participação no conjunto da indústria nacional era extremamente elevada.

As transformações econômicas também exigiram outras necessidades para os investimentos. As empresas multinacionais já instaladas ou que quisessem se instalar, não buscavam somente mão-de-obra barata e fartos recursos naturais. As exigências se ampliaram

pela busca da qualidade em produtos e serviços. Dessa forma, outras necessidades impõem-se para as empresas, diferentemente do que apregoavam as teorias sobre localização industrial.

Assim, pode-se considerar que estas novas necessidades empresariais desafiam as teorias que explicam as motivações locais. Pode-se argumentar que a chamada "Teoria Clássica da Localização", desenvolvida nos anos 20 por Alfred Weber, considerava a economia num contexto de mercado livre (concorrência perfeita), sendo que nos últimos anos, outros autores têm direcionado suas preocupações para as questões do desenvolvimento regional.

De modo geral, esta teoria considera como aspectos essenciais para a localização de uma unidade produtiva: a) as fontes e localizações de matérias-primas são amplamente conhecidas; b) o mercado consumidor exerce forte influência devido ao seu tamanho e potencial de consumo; e c) a mão-de-obra é ilimitada, tendo uma dada taxa salarial (AZZONI, 1982; KON, 1994).

Entretanto, cabe salientar que muitas críticas são feitas a esta teoria, pois esta considera a economia estática, desconsidera os fatores dinâmicos da economia capitalista; o grau de monopolização e o progresso técnico de uma empresa ou setor produtivo, além do aspecto da concentração espacial industrial que leva a desigualdades regionais de renda, entre outras conseqüências (AZZONI, 1982).

Independente de qual corrente teórica se discuta, os fatos mostram uma realidade bastante difícil para as empresas industriais.

Entre o final da década de 80 e início dos anos 90, a economia nacional enfrentou forte estagnação e as políticas governamentais voltaram-se para o combate à inflação. Devido à crise e problemas como falta de crédito e retração da demanda, muitas empresas deixaram de investir em novos processos de produção ou lançamentos de novos produtos¹².

Somente os setores industriais mais modernos puderam se proteger através de estratégias que contemplassem a ampliação da capacidade ociosa planejada e da manutenção de preços (CAIADO, 1996). A partir de meados dos anos 90, a economia voltou a crescer em seguimentos que antes estavam em sérias dificuldades. Talvez isso venha a explicar a interrupção da descentralização industrial verificada entre os anos 70 até meados da década de 80.

A partir de 1985 retoma-se o movimento de desconcentração das atividades industriais no interior do estado. Todavia, como demonstra o estudo da Fundação Seade (1990, p. 37), o processo que se desenvolvia poderia ser considerado como uma "desconcentração concentrada", isto é, as empresas se dirigiam ao interior buscando regiões já consolidadas ou em vias de consolidação, ou seja, regiões que pudessem oferecer boa infra-estrutura.

Com a competição entre as empresas acirrada e uma violenta crise financeira dos estados da Federação, muitos deles criaram incentivos para a atração de empresas. Todavia, o estado de São Paulo é o que ainda mantém as melhores oportunidades para investimentos devido à sua infra-estrutura já montada. Inclusive, nos últimos anos, esta se tem ampliado por iniciativa dos governos federal e estadual que têm investido em redes de transporte rodoviário (duplicação e concessão à iniciativa privada das principais rodovias) e hidroviário (como a ligação Tietê-Paraná, que ligará o Brasil aos países do Mercosul).

Outros fatores, como melhores redes de ensino universitário, serviços de apoio à produção, mão-de-obra melhor qualificada em relação a outros estados do país, além de recursos

¹² Neste período, muitas empresas preferiam aplicar suas poupanças internas no mercado financeiro onde obtinham altos ganhos. Além disto, a economia em recessão, não oferecia grandes oportunidades para investimentos produtivos. Decorre destes fatos, que as empresas iniciaram os anos 90 sem poupança interna, defasadas tecnologicamente e sem oportunidades de investimentos. Isto levou muitas empresas a endividarem-se, serem vendidas (muitas delas para o capital estrangeiro) e outras até falirem.

energéticos e matérias-primas dão ainda uma grande vantagem locacional ao estado de São Paulo.

TABELA 4
Os 311 maiores grupos brasileiros – localização por Estados (2000)

Patrimônio Líquido			Receita Líquida			Lucro Líquido		
	R\$ 1.000	Part. %		R\$ 1.000	Part. %		R\$ 1.000	Part. %
SP	134.628.101	34,80	SP	199.467.824	40,46	RJ	19.076.254	49,90
RJ	110.631.128	28,60	RJ	156.164.873	31,68	SP	11.667.443	29,91
DF	83.638.261	21,62	DF	50.190.452	10,18	DF	4.299.727	11,02
MG	28.381.654	7,34	MG	32.354.295	6,56	MG	1.806.922	4,63
SC	7.456.589	1,93	SC	15.362.241	3,12	RS	622.785	1,60
BA	6.843.462	1,78	BA	13.794.440	2,80	ES	485.691	1,25
RS	5.100.477	1,33	RS	9.864.439	2,00			
			PR	5.108.901	1,04			
SUBTOTAL	376.679.672	97,40		482.307.265	97,84		97.958.822	98,31
Demais Estados*	10.078.315	2,60	**	10.664.192	2,16	***	1.045.554	1,69
TOTAL	386.757.987			492.971.457			39.004.376	

Nota: Foram considerados apenas os Estados cujos grupos superaram 1% dos totais do ranking

* AL, AM, CE, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RN, SE

** AL, AM, CE, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, RN, SE

*** AL, AM, BA, CE, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RN, SC, SE

Fonte: GAZETA MERCANTIL – BALANÇO ANUAL 2001 (jul. 2001, p. 31).

A partir da tab. 4 é possível verificar que o estado de São Paulo ainda detém as maiores participações em patrimônio líquido e receita líquida. Contudo, neste estado, o que tem mudado é o direcionamento do fluxo de investimentos, que passou a ser direcionado ao interior, em detrimento da Capital paulista e de sua Região Metropolitana. Entretanto, tais investimentos estão privilegiando as áreas que estão mais adiantadas industrialmente e possuam institutos de pesquisa e/ou instituições de ensino voltadas a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Além disso, tais áreas vêm se concentrando próximas a Capital e sua Região Metropolitana, devido à boa oferta de comunicação e meios viários com o restante do país e também com os países do Mercosul.

As Regiões Administrativas de Campinas¹³, Vale do Paraíba, Central (São Carlos e Araraquara) e Ribeirão Preto serão as mais beneficiadas. Outras Regiões como as de São José do Rio Preto e Bauru, por suas localizações também se beneficiariam, principalmente os dos setores agro-industriais. Entre 1970 a 1980, a participação do interior ampliou-se nas direções leste, norte e oeste do estado. A partir de 1985 esta participação vem direcionando-se também para o sul do estado.

Deve-se considerar também a expansão da malha rodoviária entre os anos 70 a 1985, em que as redes de transportes construídas e as já existentes favoreceram o fluxo de mercadorias dos centros produtores para os consumidores locais, regionais e nacionais (norte-nordeste do país).

Portanto, pode-se verificar que o interior do estado de São Paulo tem tido grande crescimento da ocupação industrial. Isto denota que as empresas estão buscando novas estratégias que privilegiem toda a cadeia produtiva, além de buscar melhores condições de trabalho para seus

¹³ Esta Região Administrativa tem recebido nos últimos anos grandes investimentos de indústrias de alta tecnologia, como nos ramos mecânico, metalúrgico, eletroeletrônico e material de transporte. Já a de São José dos Campos, desde os anos 50, vem se instrumentalizando como principal produtora de produtos aeroespaciais, bélicos, novos materiais e eletrônica. Em São Carlos, as duas universidades existentes mantêm laboratórios de pesquisas voltados ao setor de novos materiais, óptica, mecânica de precisão, automação, informática etc. (MEDEIROS, 1993).

funcionários (com essa atitude, as empresas esperam obter uma maior participação dos trabalhadores, visando aumentar a produtividade destes¹⁴).

A fase atual da economia brasileira e mundial, o modelo fordista de produção em grande escala cede lugar à produção focada na proximidade do consumidor, na qualificação do trabalhador e na qualidade de seus produtos. Nesse sentido, a produção pode estar localizada em novas regiões industriais, todavia, os centros de decisão ainda permanecem na cidade de São Paulo e áreas adjacentes. "Assiste-se, portanto, mais à extensão do pólo paulista do que a uma verdadeira descentralização industrial caracterizada pelo surgimento de pólos independentes" (AZZONI, 1990, apud RAUD, 1999, p. 201).

Os estados brasileiros estão passando por uma grave crise financeira, o que vêm acarretando forte recrudescimento nos investimentos. Na busca de uma recuperação econômica, muitos governos estaduais estão criando políticas que incentivem a atração e instalação de empresas em seus respectivos territórios.

São Paulo também enfrenta o mesmo problema dos demais estados, daí ter criado uma série de medidas que visam a atração de empresas, notadamente em direção ao interior¹⁵. Todavia, ainda é um processo em transição, pois estudos demonstram que este é um fenômeno que ainda não terminou e talvez venha a acirrar-se nos próximos anos.

A REORGANIZAÇÃO ESPAÇO-INDUSTRIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE A PARTIR DA INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL

Após os anos 30 e durante a Segunda Guerra Mundial a indústria paulista, partindo da cidade de São Paulo, criou um pólo de desenvolvimento que se irradiou para regiões próximas e para o interior do estado. Na década de 40 já era possível observar núcleos industriais em cidades do eixo Jundiaí-Campinas e municípios como Ribeirão Preto, Franca, São Carlos, Araraquara, Bauru, São José do Rio Preto, sendo estes prolongamentos do mesmo eixo (SINGER, 1977). Ou seja, a descentralização e desconcentração industrial podem ser apenas um prolongamento do pólo maior de desenvolvimento e as empresas buscam melhores oportunidades para investimento (NEGRI, 1992).

A partir dos anos 70, o governo federal criou vários Planos visando uma maior integração nacional e para tentar diminuir a concentração industrial na Capital paulista e municípios vizinhos. O que se tentava era uma homogeneização industrial entre as diferentes regiões do País. Como parte destes Planos, foram criadas a Zona Franca de Manaus (AM), a rodovia Transamazônica (MA-PA-AM), o pólo petroquímico de Camaçari (BA) e outros.

A criação destes pólos de desenvolvimento em regiões fora do estado de São Paulo não fez diminuir a competitividade e dinamicidade da indústria paulista. A despeito das crises recessivas dos últimos anos, esta indústria continuou investindo em novos produtos e processos de produção. Estas características vêm se mantendo até os dias atuais e a indústria paulista é uma

¹⁴ Há também a preocupação em buscar localidades em que a atuação sindical é menor, conseqüentemente, menos reivindicações salariais e outras exigências.

¹⁵ Levantamentos realizados pela Confederação Nacional da Indústria (1994), a respeito de programas estaduais de incentivos a investimentos por parte de empresas privadas mostram diversas formas de incentivos. Contudo, o que se sobressai é a grande renúncia fiscal por parte de quase todos os Estados brasileiros. O estado de São Paulo incentiva a entrada de novos capitais com: benefícios fiscais; concessões financeiras diferenciadas; estímulos para infra-estrutura; investimentos e estímulos à capacitação tecnológica, entre outros.

das mais modernas e eficientes do país. É preciso salientar, porém, que esta competitividade é, em parte, baseada em empresas multinacionais sediadas no estado.

Pesquisa levada a cabo pela Fundação Seade (1990) indicava que em meados dos anos 80, a partir da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, iniciou-se um processo de descentralização e desconcentração industrial, indo em direção ao interior do estado. Esse processo, contudo, privilegiava regiões já consolidadas ou em vias de consolidação. Ou seja, regiões que pudessem oferecer boa infra-estrutura às atividades produtivas.

Esse processo tomou maior impulso a partir do início dos anos 90, quando as empresas, na tentativa de diminuir custos¹⁶ (salários mais baixos, melhores condições de distribuição – rodovias, ferrovias, hidrovias -, terrenos e impostos urbanos mais baratos, pouca ou nenhuma atividade sindical reivindicatória etc.) resolveram instalar-se no interior do estado ou em áreas próximas à cidade de São Paulo, principalmente nas Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e outras Regiões até um raio de aproximadamente 150 km de distância da Capital.

É preciso levar em conta também, que, devido ao crescimento urbano desordenado entre os anos 50-70, fez com que a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, apresentem atualmente sérios problemas de infra-estrutura viária (congestionamentos, rodízio de veículos, proibição de tráfego de caminhões em determinadas avenidas e horários etc.), dificultando o transporte e distribuição de mercadorias para os mercados consumidores. Acrescente-se ainda, que o elevado custo de vida em São Paulo e regiões próximas faz com que os sindicatos de trabalhadores mais organizados reivindiquem aumentos salariais e melhores condições de trabalho, o que pode aumentar os custos de produção (de acordo com a lógica empresarial).

As empresas que estão se estabelecendo fora dos limites da Região Metropolitana paulistana, estão introduzindo em seus métodos de produção elementos baseados na automação e informática. Também estão incorporando componentes eletrônicos aos produtos (máquinas e equipamentos) que estão sendo fabricados.

A proximidade entre empresas de um mesmo setor industrial, de centros de pesquisa e universidades pode ser uma forte vantagem competitiva. Entretanto, na falta de uma política que articule os setores público e privado, as empresas de bens de capital pouco têm se apropriado destas vantagens locais.

Situando o foco de estudos na indústria de bens de capital, esta tem características distintas de outras indústrias. E, mesmo dentro o próprio setor, há diferentes métodos de produção e de organização industrial.

Uma característica comum nas empresas de bens de capital sob encomenda é sua estrutura produtiva verticalizada e mão-de-obra qualificada na linha de produção. Neste sentido, estas empresas não necessitam rapidez na entrega ou no recebimento de matérias-primas, pois isto pouco afeta sua produtividade. Dado que os projetos são exclusivos para um determinado cliente, o processo de produção de uma máquina ou equipamento é longo e atende aos requisitos de cada projeto específico, podendo levar meses ou até anos para ser concluído.

Nesse sentido, nesta indústria, pouco se tem verificado os fenômenos de descentralização e desconcentração de unidades produtivas, como em outros setores, ou mesmo como na indústria de bens de capital seriados. Observa-se que esta forma de produção da indústria de bens de

¹⁶ A busca pela redução de custos deveu-se em grande parte pela maior abertura comercial no início desta década. A entrada de produtos e empresas estrangeiras aumentou a concorrência e gerou enorme crise, notadamente nas empresas que detinham grande parcela do mercado interno.

capital sob encomenda não a torna afeita às mudanças espaciais, mantendo a maioria destas empresas suas plantas produtivas nos mesmos locais desde sua fundação.

Todavia, a indústria de bens de capital, ainda que seja uma indústria bastante concentrada e localizada na Capital paulista e Região Metropolitana, também passa por um processo de descentralização industrial.

Isto se verifica com maior intensidade nas empresas de bens de capital seriados, mais afeitas às conjunturas econômicas imediatas por serem fornecedoras de máquinas e equipamentos aos setores de bens de consumo e de bens intermediários. Deve-se considerar o fato de que estes setores requerem produtos mais baratos e com qualidade superior devido às variações da demanda, exigindo maior agilidade na produção e distribuição. Isto exige maior produtividade e proximidade com o mercado consumidor. Assim, uma das alternativas para a redução de custos é buscar locais que propiciem a otimização da produção. Daí verificar-se grande número de empresas que estão buscando melhores condições de produção, situando-se fora da capital paulista.

As recentes descentralizações industriais verificadas entre as empresas de bens de capital seriados, têm influenciado consideravelmente as mudanças produtivas no interior paulista, incluindo novos métodos de produção em plantas que estão se construindo. Estas empresas estão incorporando aos seus processos de produção ou a seus componentes, elementos eletrônicos naquelas que eram tradicionalmente fabricantes de produtos mecânicos. Estão passando a utilizar a computação em projetos (como os sistemas CAD/CAM) e programação de máquinas.

A proximidade de Universidades (como são os casos de Campinas e São Carlos) com forte desenvolvimento de pesquisas nas áreas de eletrônica, mecânica, fibras ópticas, cerâmicas industriais e outras se tornaram fortes aliadas para as empresas buscarem novas localizações industriais (MEDEIROS, 1993). Notadamente isto vêm ocorrendo nos últimos anos por empresas de alta tecnologia, como a Região de Campinas, São José dos Campos e Central (onde se situa a cidade de São Carlos).

Como uma das conseqüências, estes fenômenos econômico-espaciais vêm redefinindo regiões industriais já consolidadas, como as regiões de Campinas e São José dos Campos (Vale do Paraíba) e criando outras, como as regiões de São Carlos (Central), São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. A tab. 5 indica as intenções de investimentos dentro do estado de São Paulo, por Regiões Administrativas.

TABELA 5
Intenções de investimentos da indústria de 1995 a 2000, segundo Regiões Administrativas
Selecionadas – estado de São Paulo: 1998*

Regiões Administrativas Selecionadas	Valor (US\$ milhões)	%
Total	24.125	100,00
Região Metropolitana de São Paulo	5.399	22,38
Campinas	7.567	31,37
São José dos Campos	5.188	21,50
Sorocaba	1.993	8,26
Santos	829	3,44
Subtotal	20.976	86,95
Demais Regiões	3.149	13,05

* Posição em março.

Fonte: Fundação Seade, 1998. Dados Básicos: Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. In: Araújo (1999, p. 41).

Segundo informações da Fundação Seade (1990), a região nordeste do estado é a que está se consolidando como de grande atratividade empresarial. Já as regiões oeste e noroeste

apresentam-se com atividades baseadas na agropecuária e com forte homogeneização capitalista nas atividades produtivas (mecanização, agroindústrias etc.) e nas relações entre capital e trabalho (assalariamento). A região de São José dos Campos atualmente participa com empresas e institutos de pesquisa de alta tecnologia (aeronáutica, bélica, mecânica pesada, aeroespacial etc.).

Estas três Regiões detêm um ótimo desempenho exportador, destacando-se, porém, as Regiões de Campinas, São José dos Campos e a Região Metropolitana de São Paulo.

Em relação aos principais produtos de exportação, destacam-se os setores de produtos alimentícios, com maior número de empresas e distribuídos fora da Grande São Paulo. O setor de veículos e máquinas e equipamentos localizam-se na Grande São Paulo e Regiões de Campinas e Central.

Portanto, pode-se compreender porque o interior paulista vem conhecendo, nas duas últimas décadas, grande crescimento econômico em geral e industrial, em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi apresentado, pode-se inferir que o espaço territorial é distribuído de acordo com as necessidades e forma de organização produtiva dadas por seu caráter histórico, econômico e social, aliados pela oferta de recursos naturais (hoje em menor grau) e de conhecimentos técnicos adquiridos no decorrer do tempo de acordo com cada modo de produção.

Portanto, deduz-se que esta recente descentralização e desconcentração industriais podem ser entendidas como uma necessidade de sobrevivência em um mercado altamente competitivo com a concorrência direta de produtos e/ou processos de produção realizados por empresas multinacionais.

O que se tem verificado é que este processo não é mais decorrente do planejamento estatal, não há um planejamento estratégico como era durante os anos 70. Depois da constituição de 1988, que deu maior autonomia aos municípios, estes passaram a desenvolver uma ação mais agressiva para conquistar novas empresas em suas localidades. Nesse sentido, a oferta de terras, de infra-estrutura, de renúncia fiscal são as mais utilizadas. Isto, porém, pode trazer problemas futuros, como menores receitas com impostos, corrupção por parte das autoridades e agentes econômicos diversos etc. se não houver por parte da sociedade e dos poderes constituídos um rígido controle sobre os recursos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. de F. I. Mapa da estrutura industrial e comercial do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 13, n.^{os} 1-2, jan.-jun. 1999, pp. 40-52.

AZZONI, C. R. **Teoria da localização**: uma análise crítica – a experiência de empresas instaladas no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. 200p.

BOTOMORE, T. (Ed.) **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CAIADO, A. S. C. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 10, n.^o 2, abr.-jun. 1996.

- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA **Políticas estaduais de apoio à indústria**. Rio de Janeiro, 1994.
- COSTA, W. M. da **Políticas Territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 19p., mimeo., [s.d.].
- DEAN, W. K. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1971.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SP) **Espacialização da indústria paulista**. São Paulo, v. 4, nov. 1990 (Coleção Economia Paulista).
- _____. **Índices de produção da indústria**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2001 e 15 dez. 2002.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977 (15ª ed.).
- GAZETA MERCANTIL **Balanco Anual 2001**, São Paulo, n.º 25, jul. 2001 (anual).
- GRAHAN, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- KON, A. **Economia industrial**. São Paulo, Nobel, 1994.
- LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1961.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.º 50, p. 83-101, mar. 1976.
- MEDEIROS, J. A. Pólos tecnológicos e competitividade. **Estudos Avançados**, São Paulo, mar. de 1993.
- NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.
- _____. A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89). In: **São Paulo no limiar do século XXI: diagnósticos setoriais da economia paulista (setores de indústria e de serviços)**. São Paulo: Fundação Seade, 1992.
- RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da Furb, 1999.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Nacional, 1977.